MINISTÉRIO DA GUERRA

Repartição Geral

Declara-se que, por despacho de S. Ex.^a o Ministro da Guerra de 24 de Dezembro de 1947, que obteve o acordo de S. Ex.^a o Subsecretário de Estado das Finanças em 16 do corrente, foi aprovado, a título provisório e a partir de 7 do corrente, o seguinte quadro e respectivos salários do pessoal assalariado da Escola do Exército, em conformidade com o disposto no artigo 45.º do decreto-lei n.º 26:237, de 21 de Abril de 1947.

Pessoal	Designação	Salário diário	Número de dias semanal
1	Transportador litográfico de 1.ª classe.	27\$00	6
1	Transportador litográfico de 2.ª classe.	24\$00	6
1	Tipógrafo auxiliar	18\$00	6
1	Oficial encadernador	27\$00	6
1	Carpinteiro	20\$00	6
1	Serralheiro	23\$00	6
1	Pedreiro	20\$00	6
1	Pintor	20\$00	6
1	Jardineiro	18\$00	6
2	Serventes	15\$00	6
2	Lavadeiras	11\$50	6
10	Serventes de limpeza	11\$50	7
1	Caixeiro	17\$50	7
2	Barbeiros	17\$50	7
1	Ajudante de cozinheiro	(a) 450\$00	7
5	Criados de cozinha	10\$00	7
10	Criados de mesa e copa	10\$00	7

(a) Vencimento mensal.

Repartição Geral, 22 de Janeiro de 1948.— O Chefe da Repartição, *Joaquim de Sousa Brites*, capitão.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

1.ª Repartição

2.ª Secção

Portaria n.º 12:270

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 13.º do decreto n.º 35:770, de 29 de Julho de 1946, abrir na colónia de Cabo Verde um crédito especial de 2:800.000\$,

com contrapartida no excesso de cobrança sobre a previsão das receitas orçamentadas para 1947, destinado a suportar os encargos com trabalhos públicos em curso e assistência.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Cabo Verde.

Ministério das Colónias, 30 de Janeiro de 1948.— O Ministro das Colónias, *Teófilo Duarte*.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Direcção Geral de Caminhos de Ferro

Decreto-lei n.º 36:740

Considerando que a Caixa de Reformas e Pensões dos Caminhos de Ferro do Estado não concede pensão de sobrevivência às filhas divorciadas dos seus contribuintes, em virtude de o regulamento anexo ao decreto n.º 16:242, de 17 de Dezembro de 1928, apenas incluir, no seu artigo 33.º, as filhas solteiras e viúvas;

Considerando que as razões que, em tal matéria, militam em favor das filhas viúvas são igualmente de considerar quanto às filhas divorciadas, quando o divórcio haja resultado de sentença não fundamentada em agravos por elas feitos a seus maridos;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É tornado extensivo às filhas divorciadas dos contribuintes da Caixa de Reformas e Pensões dos Caminhos de Ferro do Estado, quando o divórcio haja resultado de sentença não fundamentada em agravos por elas feitos a seus maridos, o direito a pensão de sobrevivência, nos mesmos termos em que tal direito é concedido às filhas viúvas pelo regulamento anexo ao decreto n.º 16:242, de 17 de Dezembro de 1928.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Janeiro de 1948. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancellata de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caeiro da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — Daniel Maria Vieira Barbosa — Manuel Gomes de Araújo.

Para ser presente à Assembleia Nacional.